

## **BOLETIM 457**

**Brasília, 26 de outubro de 2017**

# **Câmara não autoriza processo por organização criminosa contra Temer e dois ministros**

***Um legislativo integrado por centenas de parlamentares condenados, investigados ou denunciados por corrupção resolve salvar o mandato de Temer pela segunda vez***

O Plenário da Câmara dos Deputados recusou nesta quarta-feira (25) a autorização (SIP 2/17) para o Supremo Tribunal Federal (STF) processar, por crime comum, o presidente da República, Michel Temer, e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral).

Com 251 votos a 233, o Plenário acompanhou o relatório da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), de autoria do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG). O pedido de autorização irá ao arquivo.

Houve 2 abstenções e 25 deputados estiveram ausentes. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, não votou por ocupar a presidência dos trabalhos no momento da votação, conforme prevê o Regimento Interno.



A denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) acusa Temer e os ministros de organização criminosa com o intuito de arrecadar propinas, estimadas em R\$ 587 milhões. O presidente é acusado ainda de obstrução de Justiça. O Planalto nega todas as acusações.

Com isso, somente após Temer deixar o mandato é que ele responderá pelas acusações perante a primeira instância. Já os ministros também responderão pelas acusações quando deixarem seus cargos.

O caso envolve ainda outras pessoas que não têm foro privilegiado, como os ex-deputados Eduardo Cunha, Geddel Vieira Lima, Henrique Eduardo Alves e Rodrigo da Rocha Loures; o empresário Joesley Batista e o executivo Ricardo Saud, ambos da J&F.

Em 2 de agosto, o Plenário rejeitou, por 263 votos a 227 e 2 abstenções, a primeira denúncia da Procuradoria-Geral da República contra Michel Temer, por crime de corrupção passiva (SIP 1/17).

**Veja, no portal da CONTRICOM ([www.contricom.org.br](http://www.contricom.org.br)), como votou cada parlamentar na sessão de ontem da Câmara**

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*



## **CONTRICOM** recebe representante da **ICM** em sua sede em Brasília

O presidente eleito da CONTRICOM, Altamiro Perdoná, que também preside a FETICOM-SC, recebeu ontem (25), na sede nacional da entidade, em Brasília, o representante regional no Brasil da Internacional da Construção e da Madeira (ICM), Nilton Freitas (foto), quando foram debatidos assuntos de interesse comum, como a ação da entidade mundial no Brasil e o papel da Confederação nesse sentido.

Além de Altamiro, estavam presentes ao encontro Reinaldim Barbosa Pereira, presidente da FETRACONSPAR; Wilson Geraldo Sales da Silva, presidente da FETICOM-MG e secretário para Assuntos de Comunicação da Confederação; Joaquim Dias Santana, suplente do Conselho Fiscal da CONTRICOM e dirigente sindical em Mato Grosso; Neivo Adair Polaczinski, presidente do SINDMARCENEIROS de Porto Alegre; e Paulo Sergio Alves de Souza, assessor da FETICOM-RS.

Marcou presença na reunião, também, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Porto Alegre (RS), Gelson Santana, entidade que é filiada à ICM.

Fonte: *COMUNICAÇÃO CONTRICOM*

## **FST** fará nesta sexta-feira (27) protesto em São Paulo contra ‘reformas’

A campanha nacional ‘Movimento Resistência – Por um Brasil Melhor’, coordenado pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), realiza nesta sexta (27), às 10 horas, manifestação em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, na Praça Ramos de Azevedo, Centro.

O protesto visa informar e mobilizar a população contra as reformas trabalhista e a previdenciária, que tiram direitos da classe trabalhadora e prejudicam toda a sociedade brasileira. Também haverá coleta de assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular, visando revogar a reforma trabalhista.

**Atos** - Formado por 22 Confederações, o FST é coordenado por Artur Bueno de Camargo, que também preside a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação (CNTA Afins). Nos últimos dias, o movimento realizou atos em Porto Alegre (RS), na sexta (20); e Cuiabá (MT), no domingo (22). Nesta quinta (26), o protesto ocorre em Belo Horizonte. Amanhã, além de São Paulo, serão realizadas manifestações em São Luiz (MA) e Curitiba (PR).

A Agência Sindical falou quarta (25) com Moacyr Roberto Tesch, presidente da



Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh), que representou o FST no Rio Grande do Sul. “Mais de 600 pessoas participaram do ato, que reuniu dirigentes de todas as Centrais Sindicais e 27 Confederações”, contou.

**Alerta** - Segundo Moacyr Tesch, representantes de classe dos magistrados também se uniram ao Fórum na capital gaúcha, para denunciar as medidas do governo – entre eles, a juíza Valdete Severo, da 4ª Vara do Trabalho. Os manifestantes distribuíram cartilhas, alertando a população para os retrocessos das reformas e também criticaram a portaria do Ministério do Trabalho, que impõe limites à fiscalização do trabalho escravo.

“Estamos correndo o Brasil inteiro, levando essa mensagem de resistência. A gente não consegue engolir a seco essa deformação trabalhista que estão tentando nos impor. Queremos mostrar à população como essas reformas do governo Temer são absurdas e usam o mentiroso argumento de geração de empregos para retirar a proteção da classe trabalhadora”, completa Moacyr.

*Fonte: Agência Sindical*

## **CPI da Previdência aprova relatório final por unanimidade**

A CPI que investigou a contabilidade da Previdência Social aprovou nesta quarta-feira (25), por unanimidade, o relatório do senador Hélio José (PROS-DF). Além de apontar a real situação das contas da Previdência e afirmar que o Orçamento da Seguridade Social não é deficitário, como alega o governo, o relatório traz soluções e propostas para o setor. Hélio José afirma que o governo tem sido brando com empresas devedoras, criando mecanismos de isenção fiscal e perdão de dívidas. O relatório sugere ainda a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição que impeça o governo de retirar recursos do Orçamento da Seguridade Social por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU).

*Fonte: Agência Senado*

## **NCST denuncia regressão de direitos e violação de Convenções da OIT ratificadas pelo país**

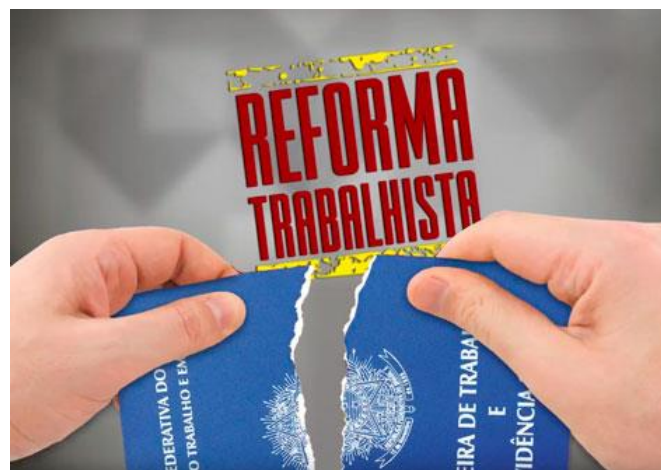
O Diretor de Relações Internacionais da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST, Geraldo Ramthun, representou a Central Sindical em reunião da Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH da Organização dos Estados Americanos – OEA. Os debates ocorreram

em audiência pública no Palácio Legislativo – Parlamento Uruguaio –; dia 23 de outubro, na capital Montevidéu.

Na ocasião, as centrais sindicais brasileiras dividiram tempo e temas a serem debatidos com a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - Anamatra, com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - Sinait e com representantes da Procuradoria Geral do Ministério Público do Trabalho – MPT. "Reforma" trabalhista; portaria que muda regras de combate ao trabalho escravo; trabalho autônomo; perseguição a determinadas categorias do Judiciário e problemas de fiscalização foram alguns dos temas de destaque na reunião da Organização dos Estados Americanos - OEA.

As denúncias relacionadas por lideranças sindicais somaram-se a um pedido formal à CIDH para uma visita "in-loco" ao Brasil com objetivo de apurar e confirmar a veracidade dos alertas apresentados pela representação sindical brasileira no encontro internacional. O representante da Nova Central, Geraldo Ramthun, apresentou fundamentos da Constituição brasileira – cláusulas pétreas - no tocante à dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. O líder sindical, em discurso (saiba mais), alertou para a retirada de direitos consagrados na legislação, bem como violações recorrentes do governo brasileiro aos direitos humanos e às normas e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

"Com a aprovação da reforma trabalhista, houve a retirada de direitos já consagrados na legislação Brasileira, o desrespeito às normas dos organismos internacionais e a violação dos direitos humanos", denunciou Ramthun.



O representante da NCST seguiu relacionando diversos convênios da Organização Internacional do Trabalho - OIT que estão sendo violados pelo Estado brasileiro, e finalizou: "Portanto esperamos contar com o apoio dos comissionados desta comissão para que a OEA investigue e que haja o processamento perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos".

Após a reunião na OEA, a representação sindical brasileira seguiu para a sede do Plenário Intersindical de Trabalhadores–Convenção Nacional dos Trabalhadores - PIT-CNT (central sindical uruguaia), onde trocaram experiências e alternativas para desafios comuns com diversos sindicalistas da Argentina e do Uruguai.

*Fonte: NCST*



## Justiça determina publicação imediata da Lista Suja do Trabalho Escravo

O Ministério do Trabalho e a União terão de publicar a nova versão do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições semelhantes à de escravo, conhecido como Lista Suja do Trabalho Escravo.

A decisão é da Justiça do Trabalho do Distrito Federal, e o governo não pode mais recorrer da determinação. Precisa cumprir imediatamente a sentença. O descumprimento da medida, pelo Ministério do Trabalho, está sujeito à aplicação de multa diária no valor de R\$ 10 mil.

Nessa terça-feira (24), a ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber suspendeu, em decisão liminar, a portaria do Ministério do Trabalho que modificava regras de combate e fiscalização do trabalho escravo.

Na semana passada, a Procuradoria-Geral da República recomendou 10 dias para que o Governo revogasse a portaria por vício de ilegalidade. Na recomendação o MPF diz, ainda, ao alterar as regras de publicação do cadastro de empregados infratores, que a portaria fragiliza o um importante instrumento de transparência dos atos governamentais que contribui significativamente para o combate ao trabalho escravo contemporâneo.

Em nota, o ministério do trabalho informou que a portaria tem como objetivo aprimorar as ações de combate ao trabalho

escravo no país, o que só seria alcançado com a segurança jurídica na divulgação da chamada lista suja. O ministério afirma que vi cumprir a liminar e que eventuais demais medidas jurídicas serão tomadas pela Advocacia-Geral da União.

*Fonte: Portal EBC*

## Comissão mista aprova MP dos royalties da mineração

A comissão mista que analisou a Medida Provisória 789/17, dos royalties da mineração, aprovou o relatório nesta quarta-feira (25). O texto não contempla o aumento do percentual a ser recebido pelos municípios não-produtores que também são impactados pela exploração.

A Compensação Financeira pela Exploração Mineral é cobrada das empresas mineradoras como forma de indenizar o estado pelos danos causados por suas atividades. O setor de mineração tem uma participação de 4% no Produto Interno Bruto (PIB) e emprega diretamente cerca de 200 mil pessoas.

Conforme o texto aprovado, os royalties da mineração passam a ser distribuídos da seguinte forma: 60% para os municípios produtores; 20% para os estados produtores; e 10% para divisão entre órgãos de mineração e meio ambiente do Poder Executivo. Municípios não-produtores, mas impactados, teriam direito a 10% – e não a 20%, como chegou a ser proposto em um dos destaques apresentados à MP.

**Resíduos** - Além de tratar da distribuição desses royalties entre União, estados e municípios produtores e afetados, a MP 789 aumenta as alíquotas da compensação incidentes sobre a



exploração de minerais como o ouro, o nióbio e o diamante. Rochas, areia e outros minerais usados na construção civil tiveram redução de alíquota.

O relatório aprovado na comissão mista inclui parte de uma alteração proposta pelo senador Lasier Martins (PSD-RS) que considera como bens minerais os rejeitos que possibilitem lavra. O relator, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), esclareceu que, neste caso, a alíquota será menor, para estimular o processamento desses resíduos. “Demos uma alíquota privilegiada porque ambientalmente é importante estimular o processamento de rejeitos”, explicou.

*Fonte: Agência Câmara*

## Em nove meses, baixa de processos supera distribuição em 34%

De janeiro a setembro deste ano, o número de processos baixados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) aos tribunais de origem superou em 34% a quantidade distribuída aos gabinetes dos ministros. Em valores absolutos, foram baixados 222.582 processos recursais nesse período, enquanto 165.673 novos recursos eram distribuídos aos julgadores (a baixa ocorre após o fim da tramitação do processo no tribunal).

Apurados pela Coordenadoria de Gestão da Informação do STJ, os dados confirmam o aumento de produtividade da corte e a tendência de redução do seu acervo processual, que já haviam sido captados no anuário Justiça em Números 2017, produzido pelo Conselho Nacional

de Justiça (CNJ) com base em informações de 2016.

Na comparação dos nove primeiros meses de 2017 com igual período do ano passado, o número de processos baixados pelo STJ aumentou em pouco mais de 13%. Entre janeiro e setembro de 2016, o tribunal havia distribuído 179.408 processos e baixado 196.298.

**Seções** - De acordo com a Coordenadoria de Gestão da Informação, a Primeira Seção se destacou entre os órgãos julgadores especializados do STJ com o maior aumento percentual de processos baixados em 2017 até setembro. O colegiado diminuiu o acervo, composto por matéria de direito público, baixando 76% a mais do que a quantidade de processos distribuídos.

A Segunda Seção, especializada em direito privado, baixou 71% mais processos do que o volume distribuído no período de janeiro a setembro de 2017.

Na Terceira Seção, que é o colegiado especializado em matéria penal, composto pelos ministros da Quinta e Sexta Turmas, em 2016 o número de processos baixados foi 14% maior do que o volume distribuído. Já em 2017, a baixa superou a distribuição em 40%.

*Fonte: STJ*



## Benefícios pagos indevidamente ou além do devido pelo INSS serão inscritos em dívida ativa

A partir de hoje a Procuradoria-Geral Federal poderá inscrever em Dívida Ativa os créditos constituídos pelo Instituto Nacional do Seguro Social -INSS em razão de benefícios previdenciários ou assistenciais pagos indevidamente ou além do devido.

O procedimento está previsto na Lei nº 13.494, de 24 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 25/10/2017, fruto da conversão da Medida Provisória nº 780, de 19 de maio de 2017.

Na prática, a lei inseriu um parágrafo 3º no art. 115 da Lei de Benefícios (8.213/91), nos seguintes termos:

Art. 11. O art. 115 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 115 § 3º Serão inscritos em dívida ativa pela Procuradoria-Geral Federal os créditos constituídos pelo INSS em razão de benefício previdenciário ou assistencial pago indevidamente ou além do devido, hipótese em que se aplica o disposto na Lei no 6.830, de 22 de setembro de 1980, para a execução judicial.” (NR)

Dessa forma, será possível inscrever em dívida ativa segurados que vinham recebendo benefícios com valores acima do devido, conforme apuração da autarquia, ou após as datas em que estes deveriam ter sido cessados, como por

exemplo nos casos de recebimento de benefícios após o óbito do titular.

Enquanto isso, o STJ julgará em sede de recurso repetitivo (Tema 979) se é devida a devolução de valores recebidos de boa-fé, a título de benefício previdenciário, por força de interpretação errônea, má aplicação da lei ou erro da Administração da Previdência Social.

*Fonte: Jusbrasil*

## **Mazinho visita Federação em Belém (PA)**

Nesta sexta-feira (27), o presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, faz uma visita à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Pará (FETRACOMPA), quando será recebido pela diretoria. Estarão presentes, o atual presidente, Antonio Rodrigues, e o ex-presidente, Agnaldo do Carmo Alcântara, além de Iran Farias Guimarães, dirigente naquele Estado e membro da direção nacional da Confederação. Na ocasião, serão debatidos assuntos de interesse da categoria e a organização de uma atividade em Belém para discutir temas como a “reforma” trabalhista.

### **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**Luis Carneiro Rocha**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**